



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
N.º 81, DE 2024
(Do Sr. Rafael Simoes)

Estabelece prazo para o pagamento dos incentivos financeiros e emendas parlamentares aos estabelecimentos de saúde que prestam serviços de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
SAÚDE;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Projeto de Lei Complementar nº de 2024
(Deputado Federal Rafael Simões)

Estabelece prazo para o pagamento dos incentivos financeiros e emendas parlamentares aos estabelecimentos de saúde que prestam serviços de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Apresentação: 08/05/2024 13:55:15.790 - MESA

PLP n.81/2024

Art. 1º Esta lei dispõe sobre o prazo de pagamento dos Fundos Municipais, Distritais e Estaduais de Saúde aos estabelecimentos de saúde que prestam serviços de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS) dos incentivos financeiros ou de ações incluídas ou acrescidas por emendas à Lei Orçamentária Anual transferidos via Fundo Nacional de Saúde.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de até o 5º dia útil, após o Ministério da Saúde creditar na conta bancária do Fundo Estadual, Distrital ou Municipal de Saúde, para que os gestores efetuem o pagamento dos incentivos financeiros aos estabelecimentos de saúde que prestam assistência de forma complementar ao SUS.

§ 1º Para as ações que destinem recursos para o Sistema Único de Saúde - SUS incluídas ou acrescidas por emendas à Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo fica obrigado a oferecer aos autores a vinculação eletrônica do CNPJ do fundo de saúde beneficiário ao número de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) da unidade de saúde à qual se destina a aplicação dos recursos para a manutenção das atividades.

§ 2º A vinculação de que trata o § 1º obriga o fundo beneficiário da emenda a repassar o recurso à entidade cadastrada no prazo previsto no caput.

Art. 3º Fica determinado que, em caso de interrupção ou descumprimento, por parte do Gestor local do SUS, do prazo estabelecido no art.



2º, o Ministério da Saúde suspenderá a transferência do valor correspondente aos incentivos no Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou de emendas parlamentares, conforme o caso, fazendo também o desconto dos valores eventualmente não repassados em competências anteriores.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei complementar tem por objetivo fixar em diploma legal o disposto na Portaria nº 2.617, de 1º de novembro de 2013, do Ministério da Saúde, de forma a estabelecer prazo para o pagamento dos incentivos financeiros aos estabelecimentos de saúde que prestam serviços de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Conforme dispõe o preâmbulo da referida portaria, “as transferências do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Municipais e Estaduais de Saúde ocorrem de forma regular e automática, observadas as liberações de recursos pelo Tesouro Nacional. O pagamento dos serviços regularmente prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS) pelos estabelecimentos de saúde que prestam serviços de forma complementar ao SUS constitui um dos fatores de credibilidade e estabilidade de funcionamento do SUS”. Portanto, o atraso no pagamento dos incentivos financeiros aos estabelecimentos de saúde que prestam serviços de forma complementar ao SUS trazem instabilidade ao sistema sem justificativa razoável, já que o recurso se encontra disponível na conta bancária do fundo beneficiário há 5 dias úteis. Dessa forma, pretende-se estabelecer regramento que preveja a suspensão de novas transferências em caso de descumprimento do prazo estipulado até a regularização da situação. Da mesma forma, pretende-se que o Autor da emenda parlamentar destinada ao SUS vincule o cadastro da instituição (CNE), no ato da indicação da Emenda Parlamentar, assegurando que a instituição seja, efetivamente, a beneficiária do recurso indicado. O não repasse do recurso pelo Fundo (Estadual, Distrital ou Municipal), implicará também em suspensão de



repassse de novos recursos.

Sala das Sessões, em....de abril de
2024

Deputado Rafael
Simões UNIÃO/MG

